



**De restos do passado a rastros do presente:
Uma perspectiva da historiografia portuguesa sobre a guerra colonial em Angola***

PEDRO BEJA AGUIAR**

RESUMO: Este texto se propõe a traçar uma perspectiva provisória da historiografia portuguesa sobre o século XX, especialmente a historiografia dedicada ao estudo da etapa final da presença portuguesa no continente africano, a fim de delimitar o que ficou conhecido como “vácuo historiográfico” em relação à Guerra Colonial e à descolonização em Angola.

Neste texto proponho traçar uma perspectiva preliminar da historiografia portuguesa sobre o século XX, especialmente aquela dedicada ao estudo da etapa final da presença portuguesa no continente africano, a fim de delimitar o que foi nomeado como “vácuo historiográfico”¹ em relação à Guerra Colonial e à descolonização de Angola. Desde já saliento que não é meu objetivo fazer aqui uma reconstituição exaustiva dos estudos sobre o colonialismo e seus legados, mas sim uma seleção provisória de trabalhos que julgamos mais relevantes para pavimentar a nossa abordagem. Em seguida, procuro fazer uma distinção entre a narrativa histórica, que tem a função de narrar e transformar os indícios do passado em materiais organizados intersubjetivamente (restos do passado que se transformam em rastros no presente), e a narrativa memorialística, que “inclui fundamentalmente as memórias, as autobiografias, certas correspondências e os diários” (MATHIAS, 1997:41), buscando apontar que um dos fatores que dificultou a emergência de uma historiografia portuguesa das décadas de 1980 e 1990 foi a elevação de uma literatura memorialista ao estatuto de “história semi-oficial” (PIMENTA, 2010:146). Na parte final, realizo um pequeno exercício de análise das

* Esta comunicação é um primeiro gesto de releitura do pesquisador sobre a recém defendida dissertação “As Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes: memória, história, laboratório de escrita”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Literatura, Cultura e Contemporaneidade* da PUC-Rio.

** Doutorando no Programa de Pós-Graduação *Literatura, Cultura e Contemporaneidade* do Departamento de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Fez mestrado no mesmo programa, onde defendeu a dissertação “As Cartas da Guerra, de António Lobo Antunes: memória, história, laboratório de escrita”. Graduado em História pela UFRJ. Bolsista de doutorado do CNPQ.

¹ Essa expressão, que corresponde às expressões “vazio historiográfico” ou “hiato historiográfico”, foi utilizada por Pimenta (2010), Ribeiro (2004), Sanches (2011) e Vecchi (2010), para se referirem a uma lacuna da historiografia colonial e pós-colonial portuguesa frente à censura do regime e às dificuldades de acesso a documentos oficiais. De acordo com o historiador Fernando Tavares Pimenta, “a historiografia colonial portuguesa teve um aparecimento tardio e não completamente emancipado da esfera política”. Disponível em: PIMENTA, Fernando Tavares. “Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)”. *Outros combates pela história*. Coimbra, 2010, p. 143.

cartas da guerra de António Lobo Antunes, o contexto de sua publicação e as especificidades do gênero epistolar.

Do silêncio historiográfico à literatura memorialística

Durante muitos anos recaiu sobre a guerra colonial um silêncio historiográfico motivado pelas feridas ainda abertas que a guerra proporcionou, na medida em que, como aponta Roberto Vecchi, “o que não se inscreveu [da guerra] foram as perdas, (não já das colônias) mas sim as mutilações e cicatrizes – os traumas-efetivos e não só figurais que a essa guerra se associaram” (VECCHI, 2013:20). Os soldados que foram à guerra e retornaram, e suas famílias que ficaram em Portugal, não tiveram espaço nos planos social e simbólico para refletirem sobre o evento e buscar respostas, desde uma “denegação da guerra colonial enquanto evento ou facto que pode polarizar a memória” (VECCHI, 2013:20), até uma questão traumática para os familiares.

A solução que, aparentemente, se apresentava para resolver a persistência na prática de imobilidade portuguesa foi o evento das transformações desencadeadas pelo 25 de Abril, que iniciou um “processo complexo de luta” (GIL, 2004:17) contra a não-inscrição. Como era necessário e imprescindível fazer com que a sociedade modificasse valores e costumes e, ao mesmo tempo, passasse a ter desejo de inscrever e de pensar a sua história e o seu tempo de forma mais precisa e crítica, a transição para a democracia surgiu como uma possível saída, pelo menos num plano restrito, “com os governos provisórios a tomarem medidas ‘definitivas’, a criarem ‘factos (leis, instituições) irreversíveis” (GIL, 2004:18). No entanto, mesmo depois de anos em um regime democrático, José Gil destaca que a situação continuou igual: a sociedade portuguesa continuava, em 2004, marcada pelo medo:

O 25 de Abril recusou-se, de um modo completamente diferente, a inscrever no real os 48 anos de autoritarismo salazarista. Não houve julgamento de Pides nem de responsáveis do Antigo Regime. Pelo contrário, um imenso perdão recobriu com um véu a realidade repressiva, castradora, humilhante de onde provínhamos. Como se a exaltação afirmativa da “Revolução” pudesse varrer, de uma penada, esse passado negro. Assim se obliterou das consciências e da vida a guerra colonial, as vexações, os crimes, a cultura do medo e da pequenez medíocre que o salazarismo engendrou (GIL, 2004:16, grifo meu).

Como resultado desta obliteração, surgiu o que o Professor classifica como “vácuo historiográfico”. Ele atribui esse déficit de estudos críticos à carência, nos anos de 1980 e

1990, de um questionamento historiográfico das versões conservadoras sobre a nação e o Império português. A partir do momento em que se compreende que a escrita da história se realiza através de métodos específicos de análise de fontes, colocando-as sempre em perspectiva com outros documentos, não cabe à historiografia reproduzir mitos, dogmas, versões universais sobre um tema.

Nos primeiros anos após o fim da guerra colonial não se realizou “uma autêntica ‘descolonização’ – pelo menos imediata – nos estudos sobre o colonialismo português” (PIMENTA, 2013:198). Principalmente por “factores de ordem política relacionados com a forma como terminou o Império Colonial Português” (PIMENTA, 2010:145), a reação da produção crítica e científica terá custado um pouco mais a aparecer. Como Fernando Tavares Pimenta conclui,

com efeito, a prolongada guerra colonial, o trágico processo de descolonização levado a cabo pelos portugueses em África, as guerras civis que se seguiram em algumas das antigas colónias, enfim toda uma série de motivações políticas não proporcionaram o estabelecimento das condições necessárias para a realização de uma reflexão histórica serena e desapaixonada do fenómeno colonial. O colonialismo português continuou a ser — durante anos — objecto de discussões apaixonadas entre políticos e militares portugueses e africanos. (PIMENTA, 2010:145)

Neste ponto, diante do “vácuo” deixado pelos estudos historiográficos, uma literatura da guerra² cresceu como um espaço fértil para o debate, onde o texto literário – expressão artística que se materializa como produto possível desta condição histórica de vazio – acabou por desempenhar também a função de questionar os discursos oficiais. “Textos-testemunho” e “textos-consequência” (RIBEIRO, 2004:256) apareceram para preencher esse espaço de inscrição e “motiva[ram] a revisitação de um passado ainda muito latente na sociedade portuguesa” (SANTOS, 2016:18). Merecem especial destaque os romances *Memória de elefante* (1979) e *Os Cus de Judas* (1979), de António Lobo Antunes; *Autópsia de um Mar de*

² A expressão “literatura da guerra colonial” ou “narrativas da guerra” é utilizada por Margarida Calafate Ribeiro (2004), Roberto Vecchi (2010) e Fernanda Fátima da Fonseca Santos (2016), para referirem-se “a um tipo de literatura que surge a partir de 1961 em Portugal, no ano que se inicia a guerra colonial em Angola” (SANTOS, 2016:17).

Ruínas (1984), de João de Melo; *A Costa dos Murmúrios* (1988), de Lídia Jorge; e *Jornada de África*, de Manuel Alegre (1989).³

Apesar das lacunas que ainda permanecem nos estudos históricos sobre a guerra colonial até os dias de hoje,⁴ podemos constatar, mais recentemente, uma vasta produção historiográfica que tem modificado aos poucos o cenário de escrita sobre o tema. Fruto do esforço pessoal de alguns militares que participaram da guerra, ou de jornalistas que tentaram registrar o cotidiano dos confrontos, há uma significativa transformação na produção analítica sobre a guerra colonial em Angola, a partir do início do século XXI. Vale destacar, neste campo, os trabalhos de Aniceto Afonso⁵ e Carlos de Matos Gomes, militares que construíram duas importantes obras – *Guerra Colonial* (2000)⁶ e *Os Anos da Guerra Colonial (1961-1975)* (2010) – que proporcionaram um salto qualitativo no conhecimento sobre a guerra, em especial no que diz respeito aos aspectos militares. O jornalista e fotógrafo Fernando Farinha⁷ publicou, com textos de Carlos de Matos Gomes, o livro *Guerra Colonial, um repórter em Angola* (2001) e o acadêmico estrangeiro John P. Cann se dedicou a pensar a forma como o

³ Os cinco livros mencionados, dentre os muitos que poderíamos selecionar, foram todos publicados entre as décadas de 1970 e 1980.

⁴ Cf. PIMENTA, 2013:196. “[...] há aspectos da guerra colonial que ainda não foram suficientemente estudados em termos historiográficos. Desde logo, a questão do impacto da guerra no seio das sociedades coloniais de Angola, da Guiné e de Moçambique, nomeadamente entre as minorias brancas e as classes intermédias mestiças e pretas assimiladas. Não há também uma análise da forma como o problema da guerra foi tratado pela imprensa das colónias, o que seria essencial para avaliar o grau de consciência política que as populações coloniais tinham do problema. Outra vertente que está ainda por estudar é a questão da “guerra psicossocial”, uma das principais estratégias desenvolvidas pelos portugueses para subtrair os africanos à influência das guerrilhas nacionalistas. Outro assunto de grande significado é o da cooperação – ou mesmo da colaboração – entre os portugueses e as forças sul africanas e rodesianas no desenvolvimento de uma estratégia regional de luta às guerrilhas nacionalistas africanas na África Austral”.

⁵ Coronel reformado, membro da Comissão Portuguesa de História Militar. Antigo diretor do Arquivo Histórico Militar e Mestre em História Contemporânea Portuguesa. Conferir em: http://ultramar.terraweb.biz/06livros_anicetoafonso.htm.

⁶ Uma das primeiras tentativas de uma análise global sobre a guerra colonial em diferentes aspectos militares e históricos. Vale ressaltar que o livro iniciou a sua publicação em fascículos, entre os anos de 1997 e 1998, encartados no Diário de Notícias. Esta informação está disponível em: TORRALBA, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 350.

⁷ Repórter fotográfico que produziu reportagens para a revista “Notícia”, cuja sede era em Luanda, embora também tivesse uma redação em Lisboa e outra em Lourenço Marques (atual Maputo). A informação está disponível em: TORRES, Sílvia Manuela Marques. *Guerra Colonial na revista Notícia: a cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Março, 2012.

Exército⁸ português planejou as estratégias da guerra com o livro *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974* (1997), o que demonstra que parte do “vazio historiográfico” português foi saneada com a publicação de análises de especialistas estrangeiros e de intelectuais portugueses em situação de exílio⁹.

Duas importantes publicações do final da década de 1990, com preocupações que ultrapassam o aspecto militar, foram *A guerra de África, 1961-1974* (1995),¹⁰ de José Freire Antunes, e *Opiniões públicas durante as guerras de África* (1997), de Nuno Mira Vaz. Enquanto o primeiro se dedicou a estudar um grande número de entrevistas e depoimentos orais, elaborando um importante trabalho documental sobre a Guerra Colonial, o segundo, Nuno Vaz, buscou analisar as opiniões públicas durante a guerra. Outros trabalhos com enfoques diferentes sobre a guerra, como *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975* (2001), do historiador António Costa Pinto, que “demonstra de forma inequívoca que o Estado Novo cultivou deliberadamente ‘a imagem de uma nação isolada no seu combate pela civilização ocidental em África’” e que fez com que “a guerra colonial portuguesa se tornasse ‘uma guerra discreta no campo internacional’” (RODRIGUES, 2003:874-875). O livro *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)* (2004), da historiadora Dalila Cabrita Mateus, centra-se na análise do papel desempenhado pela polícia política portuguesa na guerra colonial portuguesa nos diversos espaços africanos, a partir dos documentos recém-divulgados da PIDE/DGS. No mesmo ano, foi publicado o livro *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique: 1960-1974* (2004), de Pedro Ramos

⁸ Um dos primeiros documentos oficiais sobre a Guerra Colonial foi a *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África. 1961-1974* (1988), produzida pelo Estado Maior do Exército. Para o historiador Luís Reis Torgal (2009), este documento marca o início do processo de publicações sobre a Guerra Colonial. Atentar para o fato de que estes documentos oficiais foram sendo publicados até 2009 em variados volumes e sobre novas perspectivas sobre a guerra. O primeiro, referente ao ano de 1988, foi um “enquadramento geral” sobre o evento. Sobre Luís Reis Torgal, ver em: TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 350. Para saber mais sobre os volumes deste documento, o material está disponível em: http://ultramar.terraweb.biz/06livros_estadomaiordoexercito_publicacoes_livros.htm.

⁹ PIMENTA, Fernando Tavares. “Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)”. *Outros combates pela história*. Coimbra, 2010, p. 144.

¹⁰ Esta obra apareceu para o grande público incluída na coleção “Grandes Temas da Nossa História”, de 1995. Esta informação está disponível em: TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaios de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 350.

Brandão e a importante coleção jornalística “Grandes Operações da Guerra Colonial”¹¹, com textos de Manuel Catarino.

Paralelamente ao aparecimento desta produção de cariz historiográfico, surgiu uma literatura de carácter memorialista – rapidamente transformada em “história semi-oficial” (PIMENTA, 2010:146) –, constituída por anotações pessoais, correspondências de guerra, livros de memórias, testemunhos escritos e imagéticos e coletâneas de documentos publicados por militares, médicos, políticos e administradores portugueses e africanos envolvidos na guerra e no processo de descolonização. Deste conjunto de publicações, destacam-se *Os anos da Guerra, 1961-1975: os portugueses em África: Crónica, ficção e história* (1988)¹² e *Guerra Colonial, Fotobiografia* (1990)¹³, do escritor João de Melo; *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português* (1991), de Pedro Pezarat Correia¹⁴; *O regresso das caravelas: memórias das guerras coloniais* (1994), de João Paulo Guerra¹⁵; *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena* (2002), do general Gonçalves Ribeiro¹⁶; e *Quase memórias. Vol.1: Do colonialismo e da descolonização. Vol.2: Da descolonização de cada território em particular* (2006), de António de Almeida Santos¹⁷.

Essas obras, claramente “narrativas históricas” sobre a guerra, constituem fontes relevantes para o historiador no processo de reconstituição histórica. No entanto, estas memórias não podem substituir uma análise definida pela base e pelo método científico. Ao veicularem versões pessoais – e, com isso, políticas – da história da Guerra Colonial e da descolonização das ex-colónias portuguesas na África, estas obras direcionam o olhar do

¹¹ Esta coleção é uma série, de distribuição jornalística, que seguiu à publicação do livro marcante dos historiadores Aniceto Afonso e Carlos Mattos Gomes. Com textos de Manuel Catarino e outros colaboradores, a coleção é composta por 10 livros dedicados ao tema da Guerra Colonial e acessíveis ao grande público. Esta informação está disponível em: TORRALBA, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 427.

¹² MELO, João de. *Os anos da Guerra, 1961-1975: Os portugueses em África: Crónica, ficção e história*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.

¹³ MELO, João de. *Guerra Colonial, Fotobiografia*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.

¹⁴ CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991.

¹⁵ GUERRA, João Paulo. *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004.

¹⁶ RIBEIRO, Gonçalves. *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.

¹⁷ SANTOS, António de Almeida. *Quase Memórias*. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.

leitor para uma visão particular sobre o evento, na medida em que os seus autores foram, ao mesmo tempo, agentes dessa mesma história. Assim, na nossa percepção, antes de serem registros críticos sobre a guerra colonial, estes testemunhos são fontes históricas, e não livros de história. É neste ponto que se torna necessário distinguir as duas formas de escrita: a escrita da história e a escrita memorialística.

A escrita da história e a escrita memorialística

Os debates sobre a aproximação e os distanciamentos entre a narrativa histórica, a memória e a narrativa ficcional são tão antigos quanto as diferenças que foram criadas, ao longo do tempo, entre os gêneros artísticos.¹⁸ Enquanto a atividade dos historiadores se destaca por identificar indícios do passado¹⁹, vigentes no presente, para desnaturalizá-los a partir de procedimentos técnicos, a escrita da memória se caracteriza como uma construção individual sobre uma experiência registrada no tempo. As narrativas dos escritores de ficção não possuem compromissos prévios com a verdade dos fatos, podendo criar situações, imaginar possibilidades ou subverter livremente a cronologia e o encadeamento narrativo.

É justamente com essa tradição de diferenças entre a ficção, a história e a memória que, dos gregos clássicos até os autores oitocentistas, condicionaram a formação de correntes literárias e intelectuais, como o romantismo europeu, por exemplo. Até mesmo os filósofos críticos da hegemonia do romance, Schopenhauer e Nietzsche, se propuseram a pensar as diferenças entre a escrita da história e a escrita memorialística.²⁰ Entre o cientificismo da História e a criatividade ativada na ficção e na memória, um conjunto de polêmicas reverberou nas sociedades como uma pergunta de fundo: qual o verdadeiro papel das artes e até onde seria possível afirmar uma verdade nos relatos históricos?²¹

¹⁸ Cf. LE GOFF, 2003, p. 110.

¹⁹ Cf. RICOEUR, 2007, pp. 146-147. Não apenas as fontes primárias possuem lugar de destaque na busca pelos indícios do passado, como também são decisivos os procedimentos metodológicos desenvolvidos e selecionados pelo historiador. Estes se tornam fundamentais, como afirma Paul Ricoeur, pois, das três etapas da operação historiográfica – documental, explicativa e representativa – a fase representativa demanda um recorte teórico, temporal e espacial que necessita de uma narrativa para tornar apresentável o labor efetuado pelo historiador.

²⁰ REIS, José Carlos. *História da consciência histórica ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 177.

²¹ Cf. AVILA, 2010, p. 153. A dúvida sobre a narrativa histórica, se deveria ou não ser considerada uma narrativa ficcional, se aproxima da afirmação de que a narrativa é para a operação historiográfica um mecanismo que permite que os materiais historiográficos tornem-se compreensíveis. A partir das escolhas e necessidades do

Considerando a relação entre história e memória na perspectiva historiográfica, entre os finais do século XIX e a década de 1920, uma primeira geração de historiadores (historicismo)²² preocupou-se com a determinação e a legitimação das identidades nacionais²³, sendo o trabalho em torno dos mortos da Grande Guerra uma grande expressão deste esforço.²⁴

Como formas de narrativa, tanto a escrita da história como a escrita da memória se distinguem de outros tipos de discurso sobre o real no que se refere ao tempo. Tanto o discurso histórico quanto o discurso da memória partem de uma mesma condição: registrar e rememorar acontecimentos do passado. No entanto, a história e a memória têm as suas próprias temporalidades, que se cruzam, chocam e entrelaçam. O ato de “presentificar o passado” não nos leva apenas para o fato evocado, interligando palavras e imagens, correlacionando sentidos. Por isso, ao falarmos sobre o passado, nos deparamos com dois tempos distintos: o tempo da memória (do enunciado) e o tempo do processo de enunciação, que é o presente. Como afirma o fotógrafo Robert Frank,

[...] a história e a memória apropriam-se do passado, uma para o analisar, o desmontar, o desmistificar, torná-lo inteligível ao presente, a outra, pelo contrário, para o sacralizar, dar-lhe uma coerência mítica em relação a esse mesmo presente, para ajudar o indivíduo ou o grupo a viver ou a sobreviver. Crítica, a história tem como objectivo a procura da verdade; clínica ou totémica, a função da memória é a construção ou a reconstrução de uma identidade (FRANK, 1992).

historiador, o enredo, com início, meio e fim, possibilita um encadeamento das fontes. Desta forma, partindo da visão historiográfica do século XIX, uma narrativa ficcional iria de encontro ao objetivo primeiro da disciplina História, que é o relato mais próximo da verdade. Após a “virada linguística” da década de 1970, este entendimento sobre a narrativa histórica mudou de perspectiva.

²² Como ressalta o historiador espanhol Santos Juliá: “[...] documentación empírica a la búsqueda de leyes fue la exigência de la teoría positivista; interpretación de un proceso singular fue lo que, en su crítica al positivismo, ofreció el historicismo [...]” (JULIÁ, 2010:17)

²³ A história de uma nação pode ser entendida como a síntese dos fatos mais relevantes a um conjunto de cidadãos, mas encontra-se muito distante das percepções do indivíduo. É a partir deste ponto que o historiador Maurice Halbwachs, no livro *A Memória Coletiva*, pensa a diferenciação entre Memória e História (HALBWACHS, 2004:84).

²⁴ Outra geração de estudos sobre a memória surgiu, apenas, nas décadas de 1950 e 1960, como resultado de uma recuperação das vítimas da II Guerra Mundial e do Holocausto e de necessidades identitárias decorrentes do aparecimento da União Europeia. Nos anos 1950, as fontes orais, e as memórias escritas, estavam ligadas às elites e se ofereciam como registros documentais que poderiam complementar ou suplementar estudos escritos. Na década de 1960, a história oral e as memórias dos sobreviventes ganharam espaço na historiografia para dar voz aos “desfavorecidos”, e a estratégia do testemunho passou a ser compreendida como relato que resgata, em primeira pessoa, uma experiência vivida e a inscreve na História.

Ao tomarmos por base algumas afirmações de Beatriz Sarlo – “el regreso del pasado no es siempre un momento liberador del recuerdo, sino un advenimiento, una captura del presente”²⁵, e ainda, “el lenguaje libera lo mudo de la experiencia, la redime de su inmediatez o de su olvido”²⁶ –, iremos identificar o relato da memória, a “voz” das testemunhas, não como um momento de libertação de uma lembrança – o que pode acontecer –, mas sim como uma apreensão do presente, o que implica uma outra forma de pensar as relações entre as questões do discurso, da significação e do sentido. Se considerarmos que a escrita da memória, em geral, privilegia a experiência individual, pode-se concluir que muitas dessas narrativas são pautadas pelo olhar subjetivo que, como aponta a historiadora Sandra Jatahy Pesavento,

[...] atribui veracidade à recordação por uma operação de reconhecimento de uma experiência passada, resgatada pelo ato de lembrar. [...] o reconhecimento da lembrança memorialística atribui à evocação um “efeito de verdade”. A memória “aparece” como verdadeira, legítima-se como tal, mas trata-se de uma representação do ocorrido (PESAVENTO, 2006:2).

A partir de Pierre Nora (2007) e Maurice Halbwachs (2004), verifica-se que as relações entre *história* e *memória* constituem diferentes formas de registro. Para Nora, a memória parece se configurar como artifício da história, objeto que será por ela utilizada, impedindo a caracterização de diferenças entre memória coletiva e memória histórica²⁷. Para Halbwachs, as lembranças são incorporadas pela história no momento em que deixam de existir ou à medida em que os grupos que as sustentavam deixassem de existir.

Na segunda metade do século XX, mais precisamente na década de 1970, a disciplina começou a sofrer uma mudança de “validação do discurso histórico” para “outro tipo de validação” (CHARTIER, 1988:86), gerando algumas alterações estruturais e levando à perda de espaço no ambiente intelectual da época. Esta passagem de “validação”, afirmada por

²⁵ Cf. SARLO, 2006:09. “O retorno ao passado não é sempre um momento libertador de recordação, mas um advento, uma captura do presente”. Tradução minha.

²⁶ Cf. SARLO, 2006:09. “a linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, a redime da sua imediatez e do seu esquecimento”. Tradução minha.

²⁷ Mais do que isso, Pierre Nora, percebendo a reincidência no contemporâneo do discurso memorialístico, afirmou que a memória já não existe e tudo aquilo que se considera memória é, para ele, história. Com isso, restam apenas “lugares de memória” (SEIXAS, 2004:40). Nora entende, diferente de Halbwachs, que a categoria memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico. Paul Ricoeur: “perturbo-me com o inquietante espetáculo dado pelo excesso de memória aqui, excesso de esquecimento ali, para não falar da influência das comemorações e dos abusos da memória – e de esquecimento” (RICOEUR, 2007:17).

Roger Chartier, acontece quando a análise do discurso ganha espaço no ambiente intelectual e o fenômeno linguístico torna-se central para a compreensão da realidade.²⁸

A partir deste momento,²⁹ a História parece se tornar uma disciplina menos importante em comparação com novas disciplinas, que se aproximavam dos resultados da linguística estrutural ou da semiologia. Além disso, passa a ser definida como um discurso cujas regras pareciam semelhantes às que regem a produção literária. Desta forma, com uma maior narrativização da História e com a centralidade nas ideias e nos discursos, teóricos como Hayden White passam a afirmar que a história e a ficção são produtos de uma mesma operação intelectual e que não seria possível indicar uma diferença estruturante e evidente entre um romance e um livro de História.

Seguindo uma premissa de diferença de estatutos, como formas de organização do sensível, o professor Jacques Rancière, quando questionado pelos filósofos Muriel Combes e Bernard Aspe sobre “os vínculos entre a História em que estamos ‘embarcados’ e as histórias contadas (ou desconstruídas) pelas artes narrativas” (RANCIÈRE, 2009:52), afirma que existem dois problemas que costumam confundir os estudiosos:

O primeiro problema concerne à relação entre história e historicidade, isto é, a relação do agente histórico com o ser falante. O segundo, concerne à ideia de ficção e à relação entre a racionalidade ficcional e os modos de explicação da realidade histórica e social, entre a razão das ficções e a razão dos fatos. É melhor começar pelo segundo, a “positividade” da ficção [...]. Essa positividade implica, por si mesma, uma dupla questão: a questão geral da racionalidade da ficção, isto é, da distinção entre ficção e falsidade, e a questão da distinção – ou indistinção – entre os modos de inteligibilidade apropriados à construção de histórias e aqueles que servem à inteligência dos fenômenos históricos (RANCIÈRE, 2009:52-53).

A distinção entre a ideia de ficção e a ideia de falsificação permite, segundo Rancière, que o regime estético das artes “redistribua o jogo, tornando solidárias duas coisas: a indefinição das fronteiras entre a razão dos fatos e a razão das ficções e o novo modo de racionalidade da ciência histórica” (RANCIÈRE, 2009:54). Como um rearranjo de signos, a

²⁸ Cf. CHARTIER, 1988:86-87.

²⁹ Os historiadores da Escola dos Annales, como estratégia de sobrevivência, modificaram a tendência que seguiam desde 1929 (“História econômica e social”) e adotaram um novo programa, denominado de “História social da cultura”, em que novos objetos, novas abordagens e novos problemas eram introduzidos no campo da História, preservando ainda as ferramentas anteriores de validação do discurso histórico, a serialização e a quantificação. Neste programa, a opção pelo termo “da cultura” referia-se a um nível da realidade, o terceiro, como âmbito de produções desta.

literatura deixa de fazer parte do reino da ficção e passa a ser um “regime de indistinção tendencial” (RANCIÈRE, 2009:54), ou seja, que tende ao ordenamento racional das descrições e narrativas ficcionais e ao ordenamento das descrições e interpretações dos fenômenos do mundo histórico e social. Rancière, desta maneira, se aproxima de estudiosos da década de 1970 que buscaram tornar porosas as fronteiras entre o discurso histórico e o da ficção, divergindo da divisão aristotélica de “duas histórias” (ARISTÓTELES, 2014:28). Nesta linha de argumentação, o professor afirma que:

A “ficcionalidade” própria da era estética se desdobra assim entre dois polos: entre a potência de significação inerente às coisas mudas e a potencialização dos discursos e dos níveis de significação (RANCIÈRE, 2009:55, grifo meu).

A validade da História na condição de disciplina acadêmica não se perde, pois “não se trata de dizer que a ‘História’ é feita apenas das histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a ‘razão das histórias’ e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas” (RANCIÈRE, 2009:59). A estética, no argumento de Rancière, sendo rearranjo material dos signos e das imagens, é constituída do próprio ato de se fazer História, pois o historiador necessita escolher suas fontes e, a partir do enredo, com início, meio e fim, produzir uma representação própria sobre o tema.

É neste período também, com o início da década de 1980, que observamos a abertura da História à memória social e coletiva, e à série de pistas e caminhos para o *trabalho da memória*,³⁰ discutindo a diferença entre história e memória, e mapeando as relações da memória coletiva e da memória oficial, do dever e do abuso da memória, do fugaz limite entre memória e esquecimento. Neste contexto de abertura, *A invenção das tradições* (1983)³¹, de Terence Ranger e Eric Hobsbawm, e *Os lugares da memória* (1984)³², sob a coordenação de Pierre Nora, são, talvez, os marcos mais importantes.

³⁰ O que chamamos aqui de *trabalho da memória* aparece no contexto da crise epistemológica da nova historiografia e no âmbito da história das representações, com os estudos da Escola de Frankfurt, os escritos de Jacques Le Goff, Pierre Nora, E. P. Thompson, Christopher Hill e outros.

³¹ HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

³² NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. La République, Paris, Gallimard, 1984.

No entanto, o esforço feito nas últimas décadas para a utilização da memória como fonte da história talvez tenha gerado uma “obsessão memorial”³³, “produto do declínio da experiência transmitida num mundo que perdeu as referências, desfigurado pela violência e atomizado por um sistema social que apaga as tradições” (TRAVERSO, 2012:14).

Com as situações de sobressalto, ruptura e velocidade que marcam a contemporaneidade, principalmente a especificidade portuguesa, a sociedade passou a demandar, a partir da década de 1970, uma memória histórica – “que não é a memória científica dos historiadores, mas a apropriação oficial e seletiva de lembranças históricas pelo grupo” (LE GOFF, 2003:424). Através do discurso literário sobre os eventos transcorridos, atendia-se a uma demanda social, que, como já colocamos em relação à Guerra Colonial portuguesa, atenuou o “vácuo historiográfico”, colocando na ordem do visível um conjunto de problemas e dificuldades do século XX, em face de um desejo de escrita da memória que surgia acompanhado por uma busca de legitimação política, de recuperação dos *lugares de memória* ou mesmo das identidades.

Um olhar preliminar às cartas de António Lobo Antunes

A violência do contexto de guerra possibilita a transformação daqueles que o compartilham. Desta forma, podemos afirmar que a inscrição individual no espaço da guerra colonial em Angola, durante três anos (de 1971 a 1973), se consolidou como experiência fundamental para a formação de António Lobo Antunes como escritor. Em suas cartas, o autor aprimorou os recursos narrativos (como um laboratório do escritor), ao mesmo tempo em que buscou uma forma de sobrevivência a um contexto tão inóspito para um jovem bem criado do bairro de Benfica. Ao lermos as cartas, encontramos simultaneamente um leitor contumaz de grandes escritores – com destaque para escritores que pensaram e viveram a guerra – e um escritor em formação, com relatos dos primeiros trechos de *Dilúvio*³⁴, que durante a guerra mudará o título para *O Voo Nupcial de J. Carlos Gomes*.

³³ Cf. JULIÁ, 2010 e TRAVERSO, 2012:9-20.

³⁴ Como Maria José Lobo Antunes e Joana Lobo Antunes informam em nota de rodapé da página 45 do livro *D’Este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra*: “Dilúvio era o título do livro que António Lobo Antunes escrevia no momento em que partiu para Angola” (LOBO ANTUNES, 2005:45). A mudança do título do livro será conhecida apenas na carta 3.4.71, quando Lobo Antunes afirma à mulher que o título “O Voo Nupcial de J. Carlos Gomes” “lhe fica a matar” (LOBO ANTUNES, 2005:115).

Nestas cartas o jovem de 28 anos é capaz de revelar uma série de perplexidades que funcionam como marcadores da singularidade de sua experiência e da paisagem angolana, tornada única aos olhos do escritor que se tornou. São muitas as considerações subjetivas sobre a guerra que, condensadas na escrita, fixam não apenas a sua experiência no cotidiano do conflito, como também registros da situação de exceção como aprendizagem, formação e transformação do jovem. A presença de referências a um determinado período histórico e a constante procura de recursos literários permitem, neste caso, situar o espaço epistolar como espaço narrativo, onde se evidencia um olhar particular sobre a guerra e sobre Portugal. A experiência narrada expõe uma personificação narrativa que se assemelha à do autor, ao inscrever nos textos e, posteriormente, nas obras, os valores e sentimentos revistos na guerra.

Sem a possibilidade de relatar tudo aquilo que observava – “O que eu te poderia contar disto tudo! O que tem acontecido por aqui! Como isto é diferente do que por aí se imagina!”³⁵ –, as cartas evidenciam uma escrita íntima, em que a superfície do texto funciona como uma cifra da mensagem original. É precisamente nesta cifra, nas condensações que o gênero epistolar proporciona ao jovem médico português, que hoje podemos conhecer o seu cotidiano na guerra colonial portuguesa em Angola.

Ao articular as impressões e registros sistematicamente apagados na coesa narrativa dos aparelhos de comunicação do Estado, Lobo Antunes descreve, assim, um quadro dissonante, alternativo, acentuadamente demarcado da produção discursiva oficial associada às operações militares portuguesas na África. Dentro deste quadro alternativo, podemos destacar as imagens referentes a) ao medo permanente de sofrer ataques dos “terroristas”, como, por exemplo, na carta de 27.1.71:

E depois veio o inferno, ou inferno maior, o sétimo inferno inversamente comparável ao 7º céu de Maomé: agarram em nós e meteram-nos em camionetas de carga para os 500 km minados que separam Luso de Gago Coutinho: dois bate-minas à frente [...] e depois uma extensa fila de carros, onde seguíamos de arma apontada numa tensão de ataque iminente. (LOBO ANTUNES, 2005:29)

Ou na carta de 6.2.71:

³⁵ LOBO ANTUNES, António. *D’Este viver aqui neste papel descripto. Cartas da Guerra*. Lisboa: Printer Portuguesa, 2005, p. 177.

Mais três minas, de novo sem conseqüências, e algumas mulheres e crianças capturadas. O resto é a tensão do costume, à espera de um ataque que felizmente não tem vindo, apesar das ameaças deles na rádio de que vão arrasar Gago Coutinho. Ao mínimo estalido todos nos sobressaltamos [...]. (LOBO ANTUNES, 2005:44)

b) As redes de sociabilidade com os soldados portugueses, que, como afirma na carta do dia 20.3.71: “vale a pena viver esses momentos [da violência da guerra], ver a camaradagem destes homens voluntários para tudo, que vivem nas piores condições e se comportam com uma generosidade admirável”³⁶; c) e ao sucateamento da infraestrutura militar portuguesa, com os caminhões que partem a direção e atiram-se à vala³⁷, os aviões que “passam a tossir”³⁸ e as precárias pistas de voo, como informa em carta do dia 29.1.71, em Gago Coutinho:

[...] vi-me obrigado a fazer, sucessivamente, vários percursos de avião, com descolagens e aterragens nas minúsculas pistas precárias dos destacamentos do batalhão: quando levantávamos voo, as ervas e as folhas do fim da pista batiam já na carlinga da avioneta minúscula. (LOBO ANTUNES, 2005:32)

As *Cartas da Guerra* não são “provas de um real”, não funcionam como fontes sobre o acontecido. São indícios³⁹, pistas, de uma “verdade simbólica”, são representações discursivas sobre o que se passou na Guerra Colonial em Angola. Por isso, as cartas podem fornecer informações (imagens) que foram silenciadas na tessitura do passado português em Angola.

Outro exemplo do quadro dissonante que é revelado pelas cartas de Lobo Antunes é a forma como o médico alferes observa a presença colonialista em Luanda⁴⁰ (carta do dia 21.3.71), em contraponto à sedução exercida pela África, manifestando repulsa pelo “novoriquismo”, pela pose ativa e colonialista com que se encaram, inclusive, os “outros” portugueses⁴¹.

³⁶ IDEM. *Ibidem*, 2005, p. 96.

³⁷ IDEM. *Ibidem*, 2005, p. 29.

³⁸ IDEM. *Ibidem*, 2005, p. 36.

³⁹ O conceito de indício neste texto tem relação direta com o *paradigma indiciário* trabalhado por Carlo Ginzburg. Ver em: GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In.: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

⁴⁰ LOBO ANTUNES, António. *D’Este viver aqui neste papel descripto – Cartas da Guerra*, 2005, p 98-99.

⁴¹ A carta do dia 6.3.71 é importante no que tange a descrição feita por Lobo Antunes sobre os “turras”. Ver em: LOBO ANTUNES, António. *D’Este viver aqui neste papel descripto – Cartas da Guerra*, 2005, p. 79.

O que irrita é ver as revistas angolanas, de Luanda, cheias de fotografias de bailes e de festas e de eleições de misses, enquanto nós, que nada temos com eles, que pertencemos ao puto, como eles dizem com desprezo, estamos aqui a pôr os testículos no lume por eles. Não pormenorizo muito isto porque, mas os brancos locais, sobretudo os das cidades, são de um tipo de novo-riquismo saloio e soberbo, verdadeiramente insuportável. [...] Não merecem a terra extraordinária em que vivem, e, julgo, não a sabem, sequer, apreciar. (LOBO ANTUNES, 2005:98)

Dessa descrição, vemos como Luanda revela indiferença perante a guerra, como se estivesse alheia a ela. Sutilmente, Lobo Antunes revela-se contra os malefícios do colonialismo e levanta o véu sobre a situação de ruptura que então se estabeleceu para com a Guerra Colonial. A revelação, pelas cartas, daquela sociedade de lazer e de ócio, é tornada pública nas revistas como uma espécie de paraíso que interessaria à propaganda do Estado Novo, que retirava de cena a guerra. Nas *Cartas da Guerra* entendemos a ausência da guerra da mentalidade portuguesa e a discriminação com que eram encarados os soldados que iam combater. Um exemplo é a carta de 5.3.71:

Em torno deste núcleo social heterogêneo [população branca da tropa portuguesa em Gago Coutinho] gravitam 6.000 negros, dos quais uma boa fracção [...] vivem da indústria da guerra, combatendo mais ou menos ao lado da tropa na nobilíssima missão de defesa do solo pátrio. E digo mais ou menos porque vezes há mudança de agulhas, e estes patriotas convictos escapam-se para a mata e resolvem, sem razão aparente, passar a matar-nos a nós. Suponho que será uma questão de disposição momentânea. (LOBO ANTUNES, 2005:78)

Através das cartas, temos a possibilidade de observar a forma como os soldados aprendiam que aquela era uma guerra que não fazia sentido⁴², e, de outro modo, que a razão estava do outro lado: “Muito pouco se fez por esta abandonada e pobre gente, e em parte sem culpa – por falta de meios” (LOBO ANTUNES, 2005:129).

Será nos aspectos silenciados, nos gestos, nos espaços vazios, nas elipses, que se percebe a guerra. Por exemplo, quando fala do uso do *napalm*, na carta de 24.3.71, que era negado pelo regime – “Eles vão bombardear o Chalala-Nengo com napalm [...]” (LOBO ANTUNES, 2005:104) –, ou quando se refere aos últimos acontecimentos de uma forma muito breve e desviando o assunto para um reforço positivo da sua condição, para não

⁴² “Defeituoso, mal organizado, sem meios, muitas vezes sem senso nem inteligência, o exército tem feito uma obra social muito mais importante do que as autoridades civis, e isso deve-se, quase sempre, à acção pessoal dos soldados anónimos e dos médicos”. Ver em: LOBO ANTUNES, 2005:129.

preocupar a esposa: “Por aqui, guerra feroz. Mas cá vou à tona” (LOBO ANTUNES, 2005:209).

Em resumo, como um produto possível da guerra, as *Cartas da guerra* iluminam o presente e o passado da história de Portugal, fornecendo pistas acerca de um período histórico ainda bastante presente na vida portuguesa e pouco discutido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. “Poética”. In: ____; HORÁCIO; LONGINO. *A Poética clássica*. São Paulo: Cultrix, 2014.
- AVILA, Arthur. “O passado despedaçado: o aspecto da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (1980-1990)”. *História da Historiografia*, nº 4, 2010.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola. A jóia da coroa do Império Português*. Mem Martins: Inquérito, 1991.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coleção Opúsculo. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- FRANK, Robert. “La mémoire et l’histoire”. *Cahier de l’IHTP*, nº21: La bouche de la Vérité? La recherche historique et les sources orales; novembre, 1992. Disponível em: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip/spip.php?article233&lang=fr>.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: Raízes de um paradigma indiciário”. In.: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUERRA, João Paulo. *Memórias das guerras coloniais*. Porto: Afrontamento, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- JULIÁ, Santos. “Por la autonomia de la história”. *Claves de razón práctica*, nº 207, 2010.
- LOBO ANTUNES, António. *D’Este viver aqui neste papel descripto – Cartas da Guerra*, 2005.
- MATHIAS, Marcello Duarte. “Autobiografias e diários”. *Colóquio/Letras*, nº 143/144, 1997.
- MELO, João de. *Guerra Colonial, Fotobiografia*. Lisboa: Círculo de Leitores/Publicações Dom Quixote, 1990.
- _____. *Os anos da Guerra, 1961-1975: Os portugueses em África: Crónica, ficção e história*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1988.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. La République, Paris, Gallimard, 1984.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História & literatura: uma velha-nova história”. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Débats*, mis en ligne le 28 janvier 2006.
- PIMENTA, Fernando Tavares. “A ideologia do Estado Novo, a guerra colonial e a descolonização em África”. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo.

- Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2013.
- _____. “Perspectivas da Historiografia Colonial Portuguesa (Século XX)”. *Outros combates pela história*. Coimbra, 2010.
- RANCIÉRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Rio de Janeiro: Editora 34, 2009.
- REIS, José Carlos. *História da consciência histórica ocidental contemporânea: Hegel, Nietzsche, Ricoeur*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- RIBEIRO, Gonçalves. *A vertigem da descolonização*. Da agonia do êxodo à cidadania plena. Lisboa: Inquérito, 2002.
- RIBEIRO, Margarida Calafate. “Memórias coloniais imperfeitas”. *Jornal Público*, caderno Cultura, 20 de Janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/memorias-imperfeitas-1682657>.
- _____. *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). *Malhas que os impérios tecem*. Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.
- SANTOS, António de Almeida. *Quase Memórias*. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular. Lisboa: Casa das Letras/Notícias, 2006.
- SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. México: Siglo XXI Editores, 2006.
- TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: Ensaio de História Política e Cultural*. Volume 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.
- TORRES, Sílvia Manuela Marques. *Guerra Colonial na revista Notícia: a cobertura jornalística do conflito ultramarino português em Angola*. Dissertação de Mestrado em Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, Março, 2012.
- VECCHI, Roberto. “Das relíquias às ruínas. Fantasmas imperiais nas criptas literárias da Guerra Colonial”. In: RIBEIRO, Margarida Calafate; FERREIRA, Ana Paula (orgs.). *Fantasmas e Fantasias Imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto: Campo das Letras, 2003.
- _____. *Excepção Atlântica: pensar a literatura da Guerra Colonial*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- _____. “Legados das memórias da Guerra Colonial: Algumas reflexões conceituais sobre a transmissão intergeracional do trauma”. *Abril*. Revista do Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana da UFF, Vol. 5, nº 11, Novembro de 2013.
- _____. “Os fins do tempo do fim: descolonização, negação, pertença”. *Saggi/Ensayos/Essais/Essays*, nº.16 – 11/2016.

